

Antonio Candido: três textos decisivos

Maria Zilda Ferreira Cury

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais / Brasil

mariazildacury@gmail.com

Recebido em 31 de maio de 2017.

Aprovado em 31 de maio de 2017.

Em *A escritura e a diferença*, Jacques Derrida entende o ato literário como um compromisso que provém do “querer-escrever”, diferente de um “desejo de escrever”, “pois não se trata de afecção, mas de liberdade e de dever” (DERRIDA, 2009, p. 16). Tal conceituação poderia servir de insígnia para a trajetória intelectual de Antonio Candido de Mello e Souza, grande crítico, mestre maior. Ressalto de tal insígnia o seu caráter ativo – uma ação do sujeito, diferentemente de uma *afecção*, que, na tradição filosófica, tem um caráter *passivo*, referente àquele que se deixa afetar (Cf. ABBAGNO, 1970, p. 18-19). Antes, no sentido que aqui quero ressaltar, tomo a trajetória do crítico como um compromisso, testemunho de uma vida intelectual atravessada por um forte sentido ético, por uma permanente vontade de intervenção.

Analistas da produção de Antonio Candido salientam esse empenho. Francisco Iglésias, por exemplo, diz que “na atividade, como professor ou cidadão, pode-se ver seu constante posicionamento ante fatos políticos, em que sistematicamente toma a defesa do intelectual como participante, homem engajado no processo de sua terra ou de sua gente e do seu tempo” (IGLÉSIAS, 1979, p. 101).

Em outro ensaio, é ainda Francisco Iglésias que assinala a participação do crítico na política, seguindo uma linha coerente e corajosa, e a admiração de Antonio Candido por escritores engajados, que falam da liberdade e da justiça.

O dostoievskiano de *Humilhados e ofendidos* está em Antonio Candido, em suas posições políticas ou no sociólogo de *Parceiros do Rio Bonito*, no estudo do caipira e seus modos de vida, modestos em tudo, para cuja execução pesquisou no convívio com eles, como se fosse um deles (IGLÉSIAS, 1992, p. 64).

Dois estudos bastante importantes sobre o crítico, manifestadamente, situam-se igualmente nesse mesmo campo semântico, desde os títulos. *Antonio Candido: textos de intervenção* (2002) é uma antologia organizada por Vinícius Dantas que, diacronicamente, num escopo de 50 anos, reúne textos diversos do mestre. *Antonio Candido: a palavra empenhada* (1994), de Celia Pedrosa, apresenta estudo pioneiro e rigoroso da atuação intelectual de nosso crítico, salientando como, pela palavra empenhada, ele intervém de modo decisivo no espaço público. Define, ainda, o trabalho de Candido como “aventura inquieta, uma forma de luta contra a imobilidade do pensamento”, um “empenho combativo” cujo alvo são as diferentes manifestações do idealismo, do personalismo e do funcionalismo, “tendo por móvel a convicção de que a contradição é o nervo da vida” (PEDROSA, 1994, p. 25).

Formado em Sociologia, Antonio Candido, antes da atividade como crítico literário, foi professor de Sociologia na Universidade de São Paulo, entre 1942 e 1958. A formação universitária e essa primeira atividade como professor são fundantes de sua postura como crítico literário, já que sempre tomou como parâmetro para suas análises e reflexões sobre a literatura a inserção dialética da atividade literária no contexto social. Toda a sua produção é reveladora, pois, de uma mobilização do pensamento para essa articulação dialética, cuja face, como defende Celia Pedrosa, manifesta-se na palavra empenhada e na especificidade de seu método crítico.

A chave para compreender o sentido de sua obra está, suponho, no seu método crítico. Candido defendia e utilizava uma visão integrada da história, juntava com rigor literatura e sociedade, uma prática que obriga à junção dos vários campos do conhecimento da realidade histórica (BERRIEL, 2017, p. 3).

Como ponto de partida das breves considerações que aqui vou tecer, à guisa de homenagem ao ilustre crítico, tomo o título dado a este meu texto. Aqueles que têm algum trato com a obra de Candido

logo adivinham, no título, a referência ao seu livro fundamental para a historiografia literária e cultura brasileiras – *Formação da literatura brasileira* –, publicado em 1959, cujo subtítulo é “momentos decisivos”. *Formação da literatura brasileira* (2000), com outros textos nucleares, compõe a linhagem de produções que, em determinada época, buscaram compreender a construção formativa do país.¹

Começo, pois, com o termo “decisivo”. Do ponto de vista comum e até mesmo jurídico, decisão se refere à resolução de um problema, ao enfrentamento de uma questão. A etimologia nos indica que “decisão” vem de *decisio*, do verbo latino *caedere*, que significa cortar, talhar, pôr a termo. O prefixo “de-” guarda a ideia de ação (TORRINHA, 1982, p. 228-229). Decisão seria, então, pôr a termo uma questão, mas como ruptura com o debate que a precedeu, isto é, uma tomada de posição, mais uma vez indicando um movimento ativo, um compromisso, um programa.

Fiel a uma ética de ação, Antonio Candido aliou sua atividade de professor e crítico à intervenção intelectual como militante político de influência socialista, colocando-se como adversário declarado das ditaduras, seja a de Getúlio Vargas, durante o Estado Novo, seja a civil-militar de 1964, em que o acompanhamos como intelectual aguerrido fazendo visitas aos presos políticos, lutando contra a censura, em defesa dos direitos humanos, responsabilizando-se por publicações combativas.

Defende Silviano Santiago que a principal característica do aparato conceitual crítico e historiográfico de Antonio Candido é a organicidade, e que sua contribuição é original e poderosa no contexto da cultura brasileira e latino-americana. Acrescenta, no entanto, que a discussão sobre o cosmopolitismo nas artes é indispensável no Brasil contemporâneo, que não se trata de descobrir ou inventar um novo *corpus* de estudo, mas de propor um outro quadro de leitura. Se o século XX teve como episteme a ideia de *formação*, diz Silviano, o século XXI “será direcionado pela ideia de inserção – inserção da linguagem-Brasil no mundo” (SANTIAGO, 2014, p. 14). Assim, muito embora Silviano diga que o paradigma da *formação* proposto por Candido tenha sido o mais fundamental para o século XX no Brasil, é preciso repensá-lo

¹ *Retrato do Brasil*, de Paulo Prado, de 1928; *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre, de 1933; *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, de 1936; *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Júnior, de 1942.

e substituí-lo por outros neste nosso século XXI, inclusive como uma forma de ser fiel ao pensamento inquieto do próprio Candido.

A discussão me parece extremamente importante e necessária. Não vou, no entanto, nela entrar, no âmbito deste artigo. Meu texto ora obedece a um objetivo mais laudatório, quase que de registro da importância de Antonio Candido, que nos deixou, neste ano de 2017, aos 98 anos. Pretendo pinçar, na sua vasta produção, alguns artigos para breves comentários.

Silviano Santiago, no artigo já referido, salienta a dificuldade de escolha de textos nucleares na produção de Candido, visto que a interdependência entre eles torna sua obra extremamente coesa e coerente, com uma ligação entre as produções que prejudica a análise individual. Mesmo correndo, então, certo risco, selecionei três textos para rapidamente comentar. São eles: “Dialética da malandragem”, “Literatura e subdesenvolvimento” e “O direito à literatura”.

“Dialética da malandragem” é dedicado ao romance *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antônio de Almeida, ensaio publicado, pela primeira vez, na *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, da USP, em 1970.

De saída, Candido marca posição no que se refere à fortuna crítica do romance, distinguindo o herói das *Memórias*, Leonardo Pataca, dos personagens picarescos da tradição literária espanhola a que a crítica nacional insistia em filiá-lo. A começar por duas características importantes. O pícaro espanhol narra ele próprio suas aventuras, o que, segundo Candido, restringiria a ação ao ângulo de visão do personagem. O livro de Manuel Antônio de Almeida, por seu turno, é narrado em terceira pessoa, com um ângulo mais móvel, assumido que é de forma diferente por variados personagens, o que confere ao protagonista ampla visão sobre a comunidade em que se acha inserido. Candido defende, ainda, que a Leonardo Pataca falta um aspecto básico presente no pícaro: “o choque áspero com a realidade que leva à mentira, à dissimulação, ao roubo, e constitui a maior desculpa das ‘picardias’” (CANDIDO, 1993, p. 22). Para ele, diferentemente do pícaro, que vai se tornando esperto aos poucos, movido pela necessidade de sobrevivência num meio que lhe é hostil, Leonardo Pataca nasce “malandro feito”. O grande achado de Candido, pois, foi perceber nas *Memórias* o que ele chamou de “dialética da malandragem”, conceito operatório de que se utiliza para conferir originalidade ao realismo *avant la lettre* com que Manuel Antônio de Almeida retrata a dinâmica dos costumes da sociedade brasileira no começo

do século XIX. Sociedade que, como ocorre com os segmentos sociais ali exibidos, revela uma dinâmica de deslizamentos e trânsitos entre a ordem e a desordem. O herói do romance, como ocorre em maior ou menor grau com outros personagens, oscilará entre um polo e outro, até, finalmente, enquadrar-se no polo positivo, com o casamento e a patente de sargento. Esse jogo de troca de posição é evidenciado por Candido:

Ficou o ar de jogo dessa organização bruxuleante fissurada pela anomia, que se traduz na dança dos personagens entre lícito e ilícito, sem que possamos afinal dizer o que é um e o que é o outro, porque todos acabam circulando de um para outro com uma naturalidade que lembra o modo de formação das famílias, dos prestígios, das fortunas, das reputações, no Brasil urbano da primeira metade do século XIX (CANDIDO, 1993, p. 45).

A referida oscilação é interessantemente trabalhada como um processo de inversão carnalizada, de modo semelhante àquele conceituado pelo dialogismo de Mikhail Bakhtin (2013) ao falar da poética de Dostoiévski. Ressalte-se como o teórico russo capta a originalidade de Dostoiévski pela via da carnalização, mas atrelando-a a tradições variadas, como, entre outras, a da sátira menipeia, a dos ritos de carnaval e a dos diálogos socráticos. Em sua contextualização do romance trabalhado, Antonio Candido realiza a leitura do processo de inversão da organização social brasileira. Para isso, parte dos elementos composicionais da narrativa, associando-os aos movimentos dos agentes sociais. Continua Candido:

Romance profundamente social, pois, não por ser documentário, mas por ser construído segundo o ritmo geral da sociedade, vista através de um dos seus setores. E sobretudo porque dissolve o que há de sociologicamente essencial nos meandros da construção literária (CANDIDO, 1993, p. 45).

Ressalte-se, pois, como no esquema analítico do crítico o literário não anda a reboque do sociológico nem é por ele determinado, embora este último seja um dado importante para a percepção do movimento da narrativa de Manuel Antônio de Almeida e das relações que ela estabelece com o contexto social. Com agudeza, o crítico captou na análise a situação dos homens livres, mas excluídos pela pobreza, na ordem escravocrata do

século XIX – para lembrar o título do livro de Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997) –, figurando-a como um universo que parece liberto do peso do erro e do pecado, um espaço social anômico, em que, se não integravam a ordem, tampouco podiam dela prescindir.

Leonardo é o “primeiro grande malandro” da novelística brasileira, pai de uma longa linhagem de heróis que inclui, além de Macunaíma e Serafim Ponte Grande, o popular Pedro Malazartes, lembrados pelo crítico; os heróis malandros de João Antônio, acrescento eu; e, por que não, claro que com conotação diferenciada, mas ainda assim marcados pela esperteza e malandragem, a boneca Emília, de Monteiro Lobato, João Grilo, do *Auto da Compadecida*, de Ariano Suassuna, ou ainda muitos dos heróis de Jorge Amado, assim como o malandro personagem assíduo da música popular brasileira, presente no imaginário brasileiro como herói contraditório e sedutor.² Embora admita alguma relação com a picaresca, a grande sensibilidade da análise de Candido foi o entroncamento principal das *Memórias* nas linhas de força da produção literária brasileira do período: as caricaturas dos jornais, passando pelo teatro de Martins Pena e de Macedo, até a produção poética “obscena e maluca” saída, inclusive, da pena de um Álvares de Azevedo. Relativizando a chave explicativa da vinculação essencial da literatura nacional à tradição europeia, Candido valoriza as linhas de força do campo cultural e social brasileiro, apelando ao imaginário nacional, como forma de abordagem do romance. “Não tendo pícaros, produzimos um malandro original, evidenciando uma matriz literária nova sob o sol das letras. Certo, partimos de um tronco literário comum com a Europa, mas importa localizar nossa particularidade” (BERRIEL, 2017, p. 3).

Em *O sequestro do barroco na Formação da literatura brasileira* (1989), texto já clássico, Haroldo de Campos faz uma crítica forte à *Formação da literatura brasileira*, justamente pela concepção de história literária aí presente, concepção enformada no livro pela busca das

² Em artigo enfocando o cinema brasileiro, intitulado “Dialética da marginalidade: caracterização da cultura brasileira contemporânea”, João Cezar de Castro Rocha, desde o título, explicitamente dialoga com o ensaio de Antonio Candido, propondo a substituição da “Dialética da malandragem” pela “Dialética da marginalidade”, conceito operatório mais apropriado, segundo Rocha, para a leitura da produção brasileira atual. Ressalte-se a força do ensaio de Candido, que, mesmo que por contradição, continua como referência para a leitura de manifestações culturais do Brasil contemporâneo. Cf. Rocha (2004).

pretensas origens do nacional, pela visão de que este se formaria gradual e teleologicamente e pela dependência inferiorizada que o crítico estabelece da literatura brasileira em relação à série literária europeia. Reconhece a grande importância de Candido e diz que dele discordar é uma forma de lhe valorizar a herança. Haroldo de Campos, numa segunda edição do livro, acrescenta, num *post scriptum*, uma avaliação extremamente positiva do texto de Antonio Candido “Dialética da malandragem”, colocando-o num paradigma aberto, com um “modo oximoresco de ler a tradição” (CAMPOS, 1989, p. 78), afirmando que no ensaio se desconstrói a perspectiva histórica de encarnação do momento originário do nacional adotada na *Formação*. Gregório de Matos satírico, antes sequestrado na *Formação da literatura brasileira*, reapareceria, segundo Haroldo, nesse texto de 1970 como um dos precursores da comicidade malandra, a antecipação de uma antitradução (CAMPOS, 1989, p. 72) que marcou nossa série literária no seu conjunto. E esse surpreendente “Dialética da malandragem” é lembrado por Haroldo de Campos como um texto decisivo.

O segundo ensaio que passo a rapidamente comentar é “Literatura e subdesenvolvimento”, texto escrito em 1969 para o livro *América latina em sua literatura*, um projeto da Unesco que visava a um mapeamento da produção latino-americana como uma tentativa de captação de sua especificidade diante do quadro de dependência política e cultural do continente. Não vou me deter longamente nesse ensaio, mas resalto essa informação prévia. Antonio Candido já revela seu protagonismo não somente no âmbito da cultura brasileira, mas como intelectual de dimensão continental.

O ensaio reflete sobre a produção literária na América Latina, fazendo a correspondência entre essa produção, o atraso cultural e o subdesenvolvimento. Caracteriza a literatura, a partir da realidade do subdesenvolvimento, na fase de consciência amena do atraso, correspondente à ideologia de “país novo”, e na fase da consciência catastrófica de atraso, correspondente à noção de “país subdesenvolvido”.

Neste ensaio falarei, alternativa ou comparativamente, das características literárias na fase de consciência amena de atraso, correspondente à ideologia de “país novo”; e da fase da consciência catastrófica de atraso, correspondente à noção de “país subdesenvolvido”. Isto, porque ambas se entrosam intimamente e é no passado imediato e remoto que percebemos as linhas do presente (CANDIDO, 1989, p. 142-143).

Faz correlações entre as condições materiais de existência da literatura como sistema e as altas taxas de analfabetismo e debilidade cultural do continente, onde o escritor seria, por tudo isso, um produtor cultural para minorias. Aborda as diferentes fases das literaturas da América Latina, salientando a questão da dependência cultural, resultante da condição de subdesenvolvimento. Das contradições decorrentes dessa situação, registra o fato de até as formas culturalmente tão centrais da vertente nacionalista entre nós serem de inspiração europeia. Confere privilégio ao regionalismo do romance latino-americano, na sua vertente mais crítica e mais universalizante depois do decênio de 1930, dizendo ser ele uma forma de superação da dependência e de consciência do subdesenvolvimento, possibilitando também uma postura mais independente em relação à influência da cultura europeia.

A consciência do subdesenvolvimento é posterior à Segunda Guerra Mundial e se manifestou claramente a partir dos anos de 1950. Mas desde o decênio de 1930 tinha havido mudança de orientação, sobretudo na ficção regionalista, que pode ser tomada como termômetro, dadas a sua generalidade e persistência. Ela abandona, então, a amenidade e curiosidade, pressentindo ou percebendo o que havia de mascaramento no encanto pitoresco, ou no cavalheirismo ornamental, com que antes se abordava o homem rústico. Não é falso dizer que, sob este aspecto, o romance adquiriu uma força desmistificadora que precede a tomada de consciência dos economistas e políticos (CANDIDO, 1989, p. 142).

Como diz Celia Pedrosa, muito de nossa crítica cultural contemporânea, fundada na desestabilização simultânea do universal e do nacional, e dos dispositivos historicistas de originalidade e influência, tem uma dívida com Antonio Candido, embora raramente a explicitite. E essa valorização *avant la lettre* do regional na literatura seria um exemplo.

O crítico aponta, ainda, para a criatividade da ficção latino-americana, capaz de, apesar da dependência, reverter influências, ultrapassar a dependência constitutiva do continente com a “capacidade de produzir obras de primeira ordem sob a influência, não mais de modelos estrangeiros imediatos, mas de exemplos nacionais anteriores”, por meio de uma causalidade interna.

Um estágio fundamental na superação da dependência é a capacidade de produzir obras de primeira ordem, influenciada, não por modelos estrangeiros imediatos, mas por exemplos nacionais anteriores. Isto significa o estabelecimento do que se poderia chamar um pouco mecanicamente de causalidade interna, que torna inclusive mais fecundos os empréstimos tomados às outras culturas (CANDIDO, 1989, p. 153).

Como salienta Pascale Casanova (2002, p. 285), no esquema proposto por Candido, a partir de uma primeira acumulação literária, ela mesma tornada possível por uma inversão da herança europeia, a literatura latino-americana, com especificidade e autonomia, pode se afirmar. Exemplos: o *boom* dessa literatura nos anos 1970-1980 e o realismo mágico como gênero original. Hoje, não se concebe pensar a literatura latino-americana fora dos fluxos da cultura globalizada, respondendo a um imaginário de intercâmbio cultural extrafronteiras do continente. Naquele momento, porém, até como estratégia política, era importante a afirmação da latino-americanidade. O texto foi publicado no auge da ditadura militar no Brasil e do prenúncio dos golpes militares que atingiriam rapidamente todo o chamado Cone Sul. O ensaio foi publicado na revista *Argumento*, em 1973. A revista teve quatro números, publicados entre 1973 e 1974, e saiu de circulação, proibida pela ditadura. Antonio Candido, juntamente com outros importantes intelectuais ligados à resistência ao regime autoritário, integrava a Comissão de Redação da revista.

O dístico usado logo abaixo do título da revista era: “Contra fatos, há argumento”. Claramente marca-se a posição decisiva do periódico ao inverter a divisa mais comum que propõe que contra argumentos há fatos. Ora, o fato, à época, era a ditadura. Ao intelectual cabia a ela contrapor argumentos: postura corajosa em momentos decisivos de nossa história política, tão marcada pelos autoritarismos e atentados temerários contra a democracia. O ensaio de Candido, além disso, procura pensar a literatura em termos continentais, a partir de um espaço latino-americano, o que teve, à época, uma importância política muito significativa. Chama a atenção, no plano cultural e literário, para a unidade na diversidade como chave para a compreensão do continente latino-americano e abre uma senda importante de reflexão que vai ser retomada por vários críticos.

Finalmente, lembro o ensaio “O direito à literatura”. O texto foi, originalmente, uma apresentação no âmbito do II Ciclo de Palestras sobre “Direitos Humanos e...”, organizado pela Comissão de Justiça e Paz da

Arquidiocese de São Paulo, em 1988, que reuniu importantes intelectuais que resistiram à ditadura militar no Brasil. A Comissão de Justiça e Paz de São Paulo foi fundada pelo arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns em 1972, em meio às repressões do regime militar. Sua atuação visava dar proteção aos perseguidos políticos e aos familiares destes por meio da esfera jurídica. As palestras referidas ocorriam, então, já em pleno processo constituinte (1987-1988), cujas discussões levaram a uma nova postura diante desses direitos e a sua inclusão no texto constitucional, então em processo de escrita. Posteriormente, o texto foi publicado no livro de ensaios do mestre *Vários escritos*.

Antonio Candido inicia seu texto dizendo que o assunto que lhe foi confiado – Literatura e Direitos Humanos – é aparentemente desligado dos problemas reais. Seu ponto de partida para falar sobre direitos humanos e literatura, pois, de saída, marca sua permanente preocupação com a palavra atuante, com a postura interveniente no espaço público. Longe de propor uma reflexão abstrata, falsamente universalizante, como veremos adiante, procura atrelá-la à situação concreta do mundo. Veja-se como, referindo-se às declarações de direitos, as palavras de Agamben parecem ressoar as de Candido: “é chegado o momento de cessar de ver as declarações de direitos como proclamações gratuitas de valores eternos metajurídicos” (AGAMBEN, 2002, p. 134).

O filósofo do direito Norberto Bobbio, embora reconhecendo como um sinal do progresso da humanidade a amplitude alcançada pelo debate sobre os direitos do homem, também alerta para a necessária distinção entre os planos ideal e real:

uma coisa é falar dos direitos do homem, direitos sempre novos e cada vez mais extensos [...]; outra coisa é garantir-lhes uma proteção efetiva [...] à medida que as pretensões aumentam, a satisfação delas torna-se cada vez mais difícil. Os direitos sociais, como se sabe, são mais difíceis de proteger do que os direitos de liberdade (BOBBIO, 1992, p. 60).

Fiel à postura de intervenção, como salientado pelo também socialista Norberto Bobbio, Candido acentua a importância do respeito aos direitos humanos numa época caracterizada pela barbárie, em que é preciso promover transformações por meio da ação no espaço público. Os direitos humanos têm como pressuposto o reconhecimento de que aquilo que consideramos indispensável para nós também é indispensável para

os outros: direito a casa, comida, instrução e saúde, bens incompressíveis, isto é, os que não podem ser negados a ninguém. “[O] esforço para incluir o semelhante, no mesmo elenco de bens que reivindicamos está na base da reflexão sobre os direitos humanos” (CANDIDO, 2004, p. 172). Continua, agora centralizando a reflexão na literatura, dizendo que o ser humano pode ser definido pela sua capacidade de fabular. A ficção e a poesia, por isso, correspondem a uma necessidade universal e são fatores indispensáveis de humanização, que nos tornam mais compreensivos para a natureza, a sociedade, o semelhante. Acrescenta que a literatura é também fator de desmascaramento da restrição e da exclusão, situações tão presentes em sociedades como a brasileira, em que os direitos humanos são sistematicamente desrespeitados. “Portanto, a luta pelos direitos humanos abrange a luta por um estado de coisas em que todos possam ter acesso aos diferentes níveis da cultura” (CANDIDO, 2004, p. 191).

Beatriz Sarlo, num texto precisamente denominado “A literatura na esfera pública”, diz que, hoje, a “cultura letrada está numa posição defensiva” (SARLO, 2002, p. 38), uma vez que a literatura e a filosofia, que antes compunham “um programa ideal de formação de cidadãos ou, ao menos, das elites da pólis” (SARLO, 2002, p. 37), foram desqualificadas, perderam prevalência diante dos descentramentos culturais que marcaram as últimas décadas no mundo globalizado. “O desafio está na capacidade desta [da arte] de preservação de seu potencial crítico, que envolve a capacidade de estabelecer um diálogo que ilumine conflitos morais, sociais, políticos e estéticos” (SARLO, 2002, p. 54). E conclui que, sendo a sociedade uma trama de conflitos, há nela “um espaço para o pensamento crítico e para a arte como discursos indeterminados e indetermináveis, como discursos que nos obrigam a depararmo-nos com o incompleto, a morte e a não-reconciliação ou plenitude” (SARLO, 2002, p. 54).

Antonio Candido finaliza seu texto defendendo que uma sociedade mais equânime e igualitária pressupõe o respeito aos direitos humanos, sendo a arte e a literatura direitos de que não se pode abrir mão. A assunção dessa postura humanista – como vimos, uma constante na produção do nosso autor – é coerentemente a base de sua postura como professor e como cidadão.

“O direito à literatura”, texto produzido numa época em que a intelectualidade foi convocada à tomada de posição política, traz uma importante reflexão para os dias tão nebulosos de nosso tempo, ameaçado

por PECs e por escolas sem partido, pelo desprestígio que pesa sobre a educação e sobre a escola. A lição de Candido é dirigida ao cidadão para que se aproprie dos códigos literários para uma leitura mais rica, mas também para uma leitura mais participativa. E a decisiva experiência estética, com sua faculdade de abranger outras, faz do texto literário um lugar de renovação e crítica das linguagens do mundo. Cumpre aos que ensinam literatura tornar públicas, através da disponibilização da riqueza do literário, essas vozes discursivas. “Uma sociedade justa pressupõe o respeito dos direitos humanos, e a fruição da arte e da literatura em todas as suas modalidades e em todos os níveis é um direito inalienável” (CANDIDO, 2004, p. 191).

Termino este meu texto, escrito à guisa de homenagem ao grande cidadão Antonio Candido e como um tributo à sua palavra viva e empenhada, chamando à cena versos de uma música dos Titãs que bem poderiam ter saído da pena decisiva e empenhada do crítico:

A gente não quer só comida
A gente quer comida, diversão e arte
A gente não quer só comida
A gente quer saída para qualquer parte
A gente não quer só comida
A gente quer bebida, diversão, balé
A gente não quer só comida
A gente quer a vida como a vida quer

Referências

- ABBAGNO, Nicolla. *Dicionário de filosofia*. Tradução coordenada e revista por Alfredo Bosi. São Paulo: Mestre Jou, 1970.
- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Tradução de Paulo Bezerra. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- BERRIEL, Carlos. Quando os livros caíram no mundo. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 21 maio 2017. Ilustríssima, p. 3.
- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CAMPOS, Haroldo de. *O sequestro do barroco na Formação da literatura brasileira: o caso Gregório de Mattos*. 2. ed. Salvador: FCJA, 1989.

CANDIDO, Antonio. Dialética da malandragem. In: CANDIDO, Antonio. *O discurso e a cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1993. p. 123-152.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

CANDIDO, Antonio. Literatura e subdesenvolvimento. In: CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite: e outros ensaios*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989. p. 140-162.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. 4. ed. São Paulo: Duas cidades; Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004. p. 169-191.

CASANOVA, Pascale. *A República mundial das letras*. Tradução de Marina Appenzeller. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

DANTAS, Vinícius. *Antonio Candido: Textos de intervenção*. São Paulo: Editora 34; Duas Cidades, 2002.

DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. Tradução de Maria Beatriz Marques Nizza da Silva, Pedro Leite Lopes e Pérola de Carvalho. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4. ed. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1997.

IGLÉSIAS, Francisco. Antonio Candido, Minas e os mineiros. In: D'INCAO, Maria Angela; SCARABÓTOLO, Eloísa Faria (Org.). *Dentro do texto, dentro da vida: ensaios sobre Antonio Candido*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 62-67.

IGLÉSIAS, Francisco. Antonio Candido, o escritor e o político. In: LAFER, Celso *et al.* *Esboço de figura: homenagem a Antonio Candido*. São Paulo: Duas Cidades, 1979. p. 101-120.

PEDROSA, Celia. *Antonio Candido: a palavra empenhada*. São Paulo: EDUSP; Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1994.

ROCHA, João Cezar de Castro. Dialética da marginalidade: caracterização da cultura, contemporânea. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 29 fev. 2004. Caderno Mais!.

SANTIAGO, Silviano. Tenho duas mãos e o sentimento do mundo. In: OLINTO, Heidrun Krieger; SCHØLLHAMMER, Karl Erik (Org.). *Cenários contemporâneos da escrita*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014. p. 14-21.

SARLO, Beatriz. A literatura na esfera pública. In: MARQUES, Reinaldo; VILELA, Lúcia Helena. *Valores: arte, mercado, política*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Abralic, 2002. p. 37-55.

TORRINHA, Francisco. *Dicionário latino português*. 2. ed. Porto: Gráficos Reunidos, 1982.